



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Simulado Especial

TJRJ

Analista Judiciário
Execução de mandados
Pós-Edital

Simulado

TJ-RJ Analista Judiciário – Execução de Mandados – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJ-RJ.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/TJ-RJ-Analista-Execução-de-Mandados-20-11>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Janáina Arruda / Luiz Felipe

TEXTO I**O brasileiro e o europeu**

Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade: era “para o inglês ver”. Outros dizem que a frase célebre data dos dias de proibição do tráfico de escravos, quando no Brasil se votavam leis menos para serem cumpridas do que para satisfazerem exigências britânicas. De qualquer modo, a frase ficou. E é bem característica da atitude de simulação ou fingimento do brasileiro, como também do português diante do estrangeiro. Principalmente diante do inglês, em 1808, não mais o herege nem o “bicho” que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeitos, superior.

Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais – como o de dançar dentro das igrejas no dia de São Gonçalo, por exemplo – para adotar as maneiras, os estilos e o trem de vida da nova camada de europeus que foram se estabelecendo nas nossas cidades.

Em três séculos de relativa segregação do Brasil e da Europa não-ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação, da parte do maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros.

A reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras de ordem cultural. O clima, por exemplo, resistiu ao nórdico. E sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu.

(FREYRE, G. *O brasileiro e o europeu*. In: FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 308-310. Adaptado).

- 01.** Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que
- Dom João VI foi o responsável pela popularização da expressão “para o inglês ver”.
 - No início do século XIX, houve uma inversão social abrupta em relação à visão que se tinha dos ingleses.
 - Os portugueses eram vistos como inferiores pelos ingleses, como “o “bicho” que era preciso salpicar de água benta”.
 - A relação entre portugueses e brasileiros era baseada no fingimento.
 - Uma hipótese de surgimento e propagação da expressão “para o inglês ver” é mais aceita que a outra por ser mais verossímil.

02. Ao dissertar sobre as mudanças que se intensificaram no Brasil a partir do final do século XVIII, o escritor Gilberto Freyre

- Afirma que o processo de substituição de cultura ocorreu pacificamente, uma vez que o modo de vida tido como referência à época era o europeu.
- Contrapõe-se à ideia de que a segregação racial interferia socioeconomicamente no Brasil do século XIX.
- Argumenta que algumas doenças e o clima ajudaram Portugal a tomar as terras brasileiras do domínio cultural dos ingleses.
- Ratifica a necessidade de adequação aos padrões europeus para o desenvolvimento nacional.
- Atribui à influência europeia as transformações sociais ocorridas e os padrões de vivência adotados em um processo denominado de re-europeização.

03. Em relação ao trecho “Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade” (primeiro período do texto), pode-se afirmar que

- O sujeito de “dizem” está elíptico e pode ser inferido a partir do contexto.
- Apesar de indeterminado, o sujeito de “dizem” pode ser atribuído a ‘historiadores’.
- “Que” funciona como partícula de realce.
- O sujeito da forma verbal “dizem” está indeterminado
- O vocábulo “que” é empregado como pronome relativo.

04. No trecho “definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem” (3º parágrafo), a partícula “se” classifica-se como

- a) conjunção
- b) partícula apassivadora
- c) índice de indeterminação do sujeito
- d) parte integrante do verbo
- e) elemento expletivo

05. O termo “segregação” (primeiro período do terceiro parágrafo) está empregado no texto I com o sentido de

- a) expulsão
- b) especialização
- c) congregação
- d) concatenação
- e) apartação

06. O texto I apresenta, predominantemente, a tipologia textual

- a) expositiva
- b) argumentativa
- c) narrativa
- d) opinativa
- e) descritiva

TEXTO II

Podemos afirmar que existem duas unanimidades na teoria econômica, com resultados práticos inevitáveis. Salvo algumas poucas opiniões em contrário, a primeira delas diz respeito à neutralidade das atividades econômicas sobre a natureza e seus ecossistemas. Isto é, tudo que é feito neste mundo, em termos econômicos, seria incapaz de danificar a natureza, os elos biológicos e os ecossistemas. A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada. A segunda unanimidade, derivada da primeira, é a obsessão pelo crescimento, como única forma de resolver os problemas humanos relacionados ao bem-estar e à felicidade. Por essa razão, a preocupação rotineira dos economistas em geral é a capacidade de as economias continuarem crescendo infinita e ininterruptamente. Vemos essa preocupação surgir nas justificativas de medidas

governamentais, bem como nos textos de diversos autores no Brasil e fora dele. Um exemplo é o Consenso de Washington, cuja finalidade foi pavimentar nos países em desenvolvimento as condições necessárias para a expansão das atividades. No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade, iniciamos o século XXI com enorme angústia em torno da nossa capacidade de crescer. Os riscos financeiros vêm se multiplicando, com ou sem as reformas do Consenso.

A situação econômica atual é crítica e vários economistas parecem deter a solução do problema: voltar a crescer. Precisamos tomar cuidado porque nem sempre os fins justificam os meios. Em primeiro lugar, não existe uma relação direta entre crescimento econômico e maior empregabilidade, já que o avanço tecnológico produz um crescimento de empregos que não alcança o da população. Além disso, o crescimento gerado com base na exaustão e degradação dos recursos naturais já está se mostrando

inviável. Essa fórmula pode ser alentadora no curto prazo, mas fornece grande preocupação quanto ao futuro. Uma passagem de um célebre economista francês, Frédéric Bastiat, ilustra essa situação: “na esfera econômica, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei não engendram apenas um efeito, mas uma série de efeitos. Desses, só o primeiro é imediato porque se manifesta junto com sua causa (se vê); os outros se desenrolarão sucessivamente (não se veem). Somos felizes se pudermos prevê-los.”

(Adaptado de Hugo Penteadó. *Ecoeconomia: uma nova abordagem*. São Paulo, Lazuli Editora, 2008, p. 89-92)

07. Segundo as ideias veiculadas no texto II, as duas unanimidades na teoria econômica

- a) se contrapõem
- b) desconsideram o impacto ambiental de suas medidas
- c) visam ao bem-estar social
- d) têm aderência dos especialistas
- e) se preocupam com a questão ambiental

08. No último parágrafo, as aspas foram utilizadas

- a) para introduzir um discurso não autoral
- b) para atribuir um novo sentido ao que foi dito
- c) para dar ênfase à fala do economista
- d) pelo emprego do neologismo “engendram”
- e) para citação de uma obra

09. Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto II, a expressão “embora” em “No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade” (1º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) visto que
- b) porquanto
- c) para que
- d) desde que
- e) conquanto

10. Com base no trecho “A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada” (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) O conectivo “mas” poderia ser substituído por “outrossim” sem prejuízo do sentido original.
- b) A substituição de “acredita” por “acreditam” manteria a correção gramatical.
- c) “dos economistas” exerce a função de complemento de “maioria”.
- d) O núcleo do sujeito da forma verbal “acredita” é “economistas”
- e) “Criada” desempenha a função de predicativo do sujeito.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

11. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responda a alternativa incorreta.

- a) Integram a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça: o Conselho da Magistratura e o Órgão Especial.
- b) São órgãos julgadores em 1ª instância: Tribunal do Júri e o Conselho da Justiça Militar.
- c) São órgãos julgadores em 2ª instância: Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.
- d) Os Tribunais do Júri têm competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e conexos.
- e) Os juízes de direito são órgão judicantes de 1ª instância.

12. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responda a alternativa correta:

- a) Os juízes de direito cíveis têm competência genérica e plena na matéria de sua denominação, ressalvado o cumprimento de cartas precatórias pertinentes à jurisdição cível.
- b) Compete aos juízes de direito em matéria de família, processar e julgar, ações de suspensão de casamento, divórcio e as demais relativas ao estado civil.
- c) Sobre o órgão especial, nas 15 (quinze) vagas a serem preenchidas por antiguidade, três serão destinadas a desembargadores oriundos do quinto constitucional, sendo uma vaga para cada classe e a terceira preenchida de forma alternada.
- d) Os juízes de direito em matéria de acidente de trabalho exercerão a competência deferida na legislação especial, bem como cumprir cartas precatórias pertinentes à sua jurisdição.
- e) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 120 (cento e vinte) desembargadores, isto é dois terços dos cargos existentes.

13. Sobre a lei nº 4.620 de 2005, marque a alternativa incorreta abaixo:

- a) É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.
- b) O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estende-se aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- c) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 02 (dois) anos, mediante promoção ou progressão funcional.
- d) A promoção ou progressão funcional prevista no art. 8º, caput, ocorrerá em 03 (três) anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 (doze mil e novecentos) servidores e menor que 13.150 (treze mil, cento e cinquenta) servidores.
- e) O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de setenta e cinco por cento, exclusivamente, para os serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

14. A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela legislação de regência, assinale a opção correta.

- a) Barreiras urbanísticas são aquelas existentes nos edifícios públicos e privados.
- b) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, derivando de uma conduta comissiva, ou omissiva.
- c) São considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso e a população negra, com deficiência.

d) É dever da pessoa com deficiência e de sua família comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos seus direitos.

e) Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados, a realizar-se exclusivamente à autoridade policial e ao Ministério Público.

15. Com base nas disposições da Lei nº 10.048/2000 que trata de atendimento prioritário

I. Veículos de concessionárias de transporte coletivo deverão ter reserva de assentos, conforme prevê expressamente a Lei, devidamente identificados e exclusivamente para idosos, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência e pessoas com criança de colo.

II. As pessoas obesas têm direito ao atendimento prioritário, desde que comprovem estar com grave dificuldade de movimentação.

III. É assegurada a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, em instituições financeiras, excetuadas as que se organizam como cooperativas de crédito.
IV. A referida Lei faz menção à algumas penalidades, que serão elevadas em metade, quando houver reincidência.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

16. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assim, complete os seguintes trechos, de acordo com a Lei nº 10.098/00, quanto aos requisitos de acessibilidade.

Nas áreas _____ da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção _____.

- a) externas ou internas – de longo prazo.
- b) externas – temporária.
- c) internas – permanente.
- d) externas ou internas – permanente.
- e) externas e internas – temporária.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

17. Em relação aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992, julgue os seguintes itens.

- I. A indisponibilidade dos bens do indiciado pode ser decretada pela autoridade administrativa, quando o indiciado pratique ato que cause lesão ao patrimônio público.
- II. A lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, enseja o integral ressarcimento do dano.
- III. O sucessor de responsável falecido, quando este último se enriqueceu ilicitamente, é responsável pelo ressarcimento integral dos danos.

Estão certos apenas os itens

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I, II e III.

18. Acerca da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- a) é considerado agente público, para fins de incidência da LIA, aqueles que prestam algum tipo de serviço, desde que remunerado, às entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de Território.
- b) as disposições da LIA são aplicáveis apenas aos terceiros que se beneficiem de forma direta dos atos de improbidade praticados.
- c) a indisponibilidade dos bens do indiciado recai sobre todos os seus bens, como forma de assegurar o integral ressarcimento dos danos.
- d) as entidades que recebam subvenção em montante inferior a cinquenta por cento de sua receita anual não se sujeitam às sanções da Lei de Improbidade.
- e) a conduta de incorporar verbas de entidade da administração direta é ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito.

19. Considerando o disposto na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), assinale a opção correta:

- a) a Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional.
- b) a responsabilização prevista na Lei Anticorrupção tem por base a responsabilidade subjetiva.
- c) os dirigentes de pessoa jurídica respondem individualmente pelos atos ilícitos, na medida da sua culpabilidade.
- d) havendo alteração contratual, a responsabilidade da pessoa jurídica não subsiste.
- e) a pessoa jurídica somente responde em conjunto com as pessoas naturais que praticarem os atos lesivos contra a administração.

20. Acerca do acordo de leniência previsto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- a) na celebração dos acordos de leniência, mesmo que possível, não é necessária a identificação dos demais envolvidos na infração.
- b) um dos requisitos para a celebração do acordo de leniência é o de que a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- c) a administração pode ser a primeira a se manifestar quanto ao interesse para cooperar com a apuração do ilícito.
- d) celebrado o acordo, fica a pessoa jurídica liberada quanto à obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- e) o descumprimento do acordo de leniência não impede que a pessoa jurídica celebre um novo acordo nos três anos seguintes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. Acerca da organização administrativa e entidades administrativas, assinale a opção correta:

- a) as autarquias não se submetem ao controle finalístico exercido pela administração direta, em razão da sua autonomia e capacidade de autoadministração.
- b) os bens das autarquias são considerados impenhoráveis.
- c) somente se considera descentralização administrativa a distribuição de competências de uma pessoa jurídica para outra pessoa jurídica.
- d) na descentralização por outorga, uma entidade política ou administrativa transfere, por contrato ou por ato unilateral, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica de direito privado preexistente.
- e) as sociedades de economia mista são entidades de direito privado que podem se constituir sob quaisquer das formas societárias admitidas em direito.

22. Acerca dos atributos ou características dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a finalidade é o atributo que representa o objetivo de interesse público a atingir com a prática do ato.
- b) a impessoalidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas em lei como aptas a produzir determinados resultados.
- c) a imperatividade autoriza a imposição de obrigações aos administrados, exigindo prévia manifestação dos interessados.
- d) a autoexecutoriedade autoriza a implementação direta dos atos pela administração, sem a necessidade de prévia autorização judicial.
- e) a presunção de legitimidade consiste na presunção absoluta de que os atos foram praticados com respeito à lei e ao direito.

23. Em relação aos poderes administrativos, bem como ao uso e abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) o desvio de poder ocorre sempre que o agente público atua fora dos limites da competência estabelecida em lei.
- b) o poder hierárquico se relaciona com o exercício das funções internas da administração, autorizando a revisão, pelo superior, da atuação dos agentes subordinados, inclusive quanto ao mérito.
- c) a avocação de competências no âmbito do poder hierárquico independe da real existência de hierarquia entre as partes envolvidas, tal como ocorre na delegação.
- d) o excesso de poder ocorre quando o agente atua dentro de sua esfera de competência, porém de forma contrária à finalidade explícita ou implícita na lei que determinou ou autorizou o ato.
- e) o abuso de poder tem como uma de suas características o fato de somente se manifestar através de condutas comissivas.

24. No que diz respeito ao controle da administração pública, assinale a opção correta:

- a) compete exclusivamente ao Congresso Nacional, no âmbito do controle político, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- b) o Poder Judiciário é o titular exclusivo do controle externo das atividades da administração pública.
- c) o controle judicial analisa o mérito e a legalidade dos atos da administração pública.
- d) o Poder Legislativo não realiza o controle político dos atos administrativos dos demais poderes.
- e) o Tribunal de Contas é o órgão encarregado do controle financeiro da administração pública, sendo o titular o controle externo.

25. Nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Acerca da responsabilidade civil estatal, assinale a opção correta:

- a) o Estado responde pelos prejuízos causados a terceiros, desde que comprovado o dolo de seus agentes.
- b) nos casos em que ficar demonstrada a culpa concorrente da vítima, será afastada a responsabilidade objetiva do Estado pelos danos causados ao particular.
- c) são causas excludentes de responsabilidade estatal o caso fortuito e força maior; a culpa exclusiva da vítima e o fato exclusivo de terceiro.
- d) as concessionárias de serviços públicos respondem subjetiva e subsidiariamente pelos danos causados a terceiros.
- e) a responsabilidade civil objetiva com base no risco administrativo não admite as causas excludentes de responsabilidade.

26. No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei. Essa disposição da Lei nº 8.666/1993 traduz o princípio:

- a) da legalidade.
- b) da vinculação ao instrumento convocatório.
- c) da publicidade.
- d) da eficiência.
- e) do julgamento objetivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

27. No título I da CF temos os chamados Princípios fundamentais, a respeito deles a CF estabelece que:

- a) a forma de governo republicana, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- c) o pluralismo político como princípio que rege as relações internacionais do Brasil
- d) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como objetivo da República Federativa do Brasil.
- e) a forma de Estado unitária.

28. Assinale a opção correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos.

- a) Em razão do caráter absoluto do princípio da isonomia, não se admite o estabelecimento de distinções relativas ao acesso em determinadas carreiras, como por exemplo o estabelecimento de limite de idade.
- b) O dano moral, que atinge a esfera íntima da vítima, agredindo seus valores, não recai sobre pessoa jurídica.
- c) A CF assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares privadas quanto às públicas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.
- d) A vedação ao anonimato impede o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.
- e) As entidades associativas, desde a filiação, têm legitimidade automática para representar seus filiados judicialmente e extrajudicialmente.

29. Sobre o Direito da Nacionalidade, assinale a alternativa correta:

Antônio é brasileiro naturalizado e foi morar na Itália, onde se casou com Bianca, uma Canadense. Quando Bianca estava a serviço de seu país na Argentina, nasceu Carlos, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no canadense. Aos vinte anos de idade, Carlos veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Carlos

- a) é argentino e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro nato.
- c) é brasileiro naturalizado.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é argentino, brasileiro e canadense, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

30. Acerca da estrutura, organização e competência dos entes federados, assinale a opção correta:

- a) Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- b) São bens da União todas as ilhas fluviais e lacustres, inclusive aquelas localizadas em zonas limítrofes com outros países.
- c) É competência privativa da União combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- d) No exercício de competência concorrente, na inexistência de federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa residual para atender às suas peculiaridades.
- e) Do ponto de vista político-administrativo, os estados federados são subordinados à União.

31. É competência privativa do Presidente da República:

- a) referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- b) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Advogado Geral da União, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
- c) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- d) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- e) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

32. Acerca das disposições gerais do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa privativa do STF, pode prever a delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração e de mero expediente, desde que tais atos não possuam caráter decisório.
- c) Um terço das vagas nos tribunais de justiça é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.
- d) Os tribunais superiores e o Conselho Nacional de Justiça têm sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.
- e) Aos juízes, ainda que em disponibilidade, é vedado o exercício de qualquer outro cargo ou função pública.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Paulo, escritor, resolveu fazer uma biografia não autorizada de seu ídolo Daniel, vocalista de uma famosa banda. Contudo, temendo a desaprovação do cantor, Paulo resolveu doar todo seu material de pesquisa ao músico. Tempos depois, Daniel publicou uma autobiografia utilizando todo o material coletado por Paulo. Este, revoltado, requereu a revogação da doação de seus materiais, alegando ter sido coagido por Daniel. Com base no exposto e de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) O negócio jurídico de fato está viciado, porém, não pela coação e sim pelo erro.
- b) Paulo não tem razão em alegar que o negócio jurídico esteja viciado pela coação, uma vez que o mero temor reverencial não caracteriza coação.
- c) Paulo tem razão em suas alegações, por isso a doação deve ser anulada na forma da lei.
- d) Paulo não tem razão em suas alegações, porém, o negócio jurídico celebrado entre o cantor e o escritor

é nulo, pois não cumpriu os requisitos necessários para validade.

- e) Paulo não tem razão em suas alegações, porém, o negócio jurídico celebrado entre o cantor e o escritor é anulável, pois não cumpriu parcialmente os requisitos necessários para validade.

34. Em se tratando daquilo que o Código Civil de 2002 dispõe sobre a capacidade e a personalidade é correto afirmar que:

- a) Apenas os nascidos vivos têm seus direitos resguardados pelo ordenamento jurídico.
- b) São considerados absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos que tenham colado grau em curso do ensino superior.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome que compreende apenas o prenome.
- d) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos e relativamente incapazes os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) A existência da pessoa natural termina com a morte, não havendo na legislação civil qualquer possibilidade de presunção.

35. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Com base na contextualização e segundo disposição legal, reputa-se ato jurídico perfeito:

- a) Os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.
- b) As decisões judiciais de que já não caiba recurso.
- c) A lei que passou por um processo de análise de constitucionalidade e foi aprovada por maioria do plenário do STF.
- d) Os atos amplamente admitidos pela legislação vigente no país.
- e) O ato consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

36. Segundo o Código Civil de 2002 são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos.
- b) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- c) As autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) As associações.
- e) As empresas individuais de responsabilidade limitada.

37. Adilson possui uma residência em Belo Horizonte desde quando nasceu. Ao casar-se em 2013, mudou-se para a casa de sua esposa, em Brasília. Em 2017, abriu uma empresa em São Paulo, onde adquiriu um imóvel para que pudesse residir quando estivesse viajando a negócios. Em 2020, foi nomeado servidor público em Salvador, onde também adquiriu um imóvel para que pudesse residir em seu tempo de serviço. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, Adilson tem domicílio necessário:

- a) Em Belo Horizonte, pois é domicílio necessário o local onde nasce a pessoa natural.
- b) Em Belo Horizonte, pois é domicílio necessário o local onde a pessoa natural reside com ânimo definitivo de constituir família.
- c) Em São Paulo, pois ao vincular-se à uma pessoa jurídica, seu domicílio necessariamente se confunde com o dela.
- d) Em Salvador, pois é o local onde exerce permanentemente suas funções.
- e) Em todos os locais onde estabeleceu residência com ânimo definitivo, ou seja, em Brasília, São Paulo e Salvador.

38. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 acerca dos negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) Condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas não invalidam o negócio jurídico.

- c) Têm-se por existentes as condições impossíveis, desde que resolutivas ou de não fazer coisa impossível.
- d) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é proibido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- e) O termo inicial suspende o direito, mas não a aquisição do exercício.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. No âmbito da ação civil pública, o recurso:

- a) nunca tem efeito suspensivo, o qual não pode ser deferido.
- b) não tem, em regra, efeito suspensivo, o qual pode ser deferido pelo Tribunal, apenas.
- c) não tem, em regra, efeito suspensivo, o qual pode ser deferido inclusive pelo juiz de primeiro grau.
- d) tem, em regra, efeito suspensivo, o qual pode ser afastado pelo Tribunal, apenas.
- e) tem, em regra, efeito suspensivo, o qual pode ser afastado inclusive pelo juiz de primeiro grau.

40. Sobre as disposições gerais do direito probatório, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz não pode, de ofício, determinar provas necessárias ao julgamento do mérito. Se entender necessária alguma prova, o juiz deve intimar as partes para que requeiram sua produção.
- b) não é necessário que as partes provem sempre a vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário. Apenas quando o juiz determinar que haja prova é que há esse dever.
- c) a redistribuição do ônus probatório por convenção das partes deve ser celebrada durante o processo, sob pena de invalidade.
- d) o juiz deve apreciar as provas do processo de acordo com a parte que a tenha promovido, não sendo possível utilizar uma prova em desfavor de quem a produziu.
- e) os terceiros não têm dever de colaborar com o juízo no esclarecimento do processo.

41. NÃO é requisito da petição inicial a indicação:

- a) do juízo a que é dirigida.
- b) do fato e dos fundamentos jurídicos do pedido.
- c) do pedido de citação do réu.
- d) do pedido com as suas especificações.
- e) do valor da causa.

42. Quando se verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, é correto afirmar que:

- a) o juiz deverá extinguir o processo, não cabendo fixação de prazo para sanar o vício.
- b) descumprida ordem de sanar o vício, o processo será sempre extinto.
- c) quando o processo estiver em grau de recurso, o Tribunal ainda assim deve conhecer do recurso, se o vício for culpa do recorrido.
- d) o réu não pode ser considerado revel em razão da constatação dessa irregularidade.
- e) quando terceiro no processo descumprir a ordem de sanar o vício, ele será considerado revel quando figurar no polo ativo, ou será excluído do processo, quando estiver no polo passivo.

43. NÃO se pode afirmar que está de má-fé o litigante que:

- a) deixar de efetivar a tutela provisória cautelar deferida em seu favor.
- b) alterar a verdade dos fatos.
- c) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- d) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- e) usar do processo para conseguir objetivo ilegal.

44. Samanta é advogada de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após julgamento pelo órgão colegiado desfavorável ao seu cliente, Samanta interpôs recurso especial em face da decisão. Um dos Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça negou seguimento ao recurso sob o entendimento de que o acórdão recorrido estava de acordo com precedente do Superior Tribunal de Justiça firmado em sede de recurso especial repetitivo. Samanta, para defender o interesse do seu cliente, deverá interpor o seguinte recurso, desconsiderados os embargos de declaração:

- a) agravo interno.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo em recurso extraordinário.
- d) reclamação.
- e) embargos de divergência.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

45. Analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente será aplicada aos fatos anteriores, desde que não tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado.

II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime continuado ou permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) III
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

46. Durante um cruzeiro marítimo, Silvio, brasileiro, pratica um crime de furto contra Angelina, também brasileira. O fato ocorreu no 2º dia de um cruzeiro que duraria sete dias, realizado em uma embarcação privada, de bandeira brasileira, quando esta se encontrava navegando em alto-mar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade passiva, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio do pavilhão, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) Não será aplicável plica a lei penal brasileira.

47. A culpabilidade pode ser doutrinariamente conceituada como o juízo de reprovação que recai sobre o agente que praticou um fato típico e ilícito. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO apresenta uma causa de exclusão da culpabilidade:

- a) embriaguez acidental completa, decorrente de caso fortuito.
- b) doença mental, quando o agente, em razão da doença, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- c) erro de proibição invencível.
- d) obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico.
- e) coação moral irresistível.

48. Igor, estagiário do TJRJ, aproveitando-se da facilidade de acesso que sua função proporcionava, subtraiu bem particular que fora objeto de busca e apreensão. O objeto em questão era um relógio da marca “Relex”, que estava em um envelope lacrado e devidamente acautelado numa sala específica do referido Tribunal, não estando na posse de Igor.

Nesse caso, é correto afirmar que Igor:

- a) praticou crime de peculato-apropriação
- b) praticou crime de furto simples
- c) praticou crime de peculato-furto
- d) não praticou crime funcional, por se tratar de bem particular
- e) não praticou crime funcional, por não ser considerado funcionário público para fins penais

49. Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O código penal adotou, como regra, a teoria monista, estabelecendo que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade
- b) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os agentes.
- c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Na participação de menor importância a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço, conforme expressa previsão no CP.
- e) Para que o partícipe possa ser punido, é necessário que a conduta do autor constitua um fato típico e ilícito, ainda que o autor não seja um agente culpável.

50. Rafael, envergonhado por não conseguir obter sua carteira nacional de habilitação, decide falsificar uma. Após falsificar a CNH, Rafael passa a dirigir seu veículo. Ao ser parado em uma blitz de rotina, Rafael apresenta ao policial a CNH falsa. O policial, percebendo a falsidade, dá voz de prisão em flagrante a Rafael.

Nesse caso, é correto afirmar que Rafael deverá ser condenado:

- a) Por falsidade ideológica
- b) Por falsificação de documento público e uso de documento falso
- c) Por uso de documento falso, apenas
- d) Por uso de documento falso e falsificação de documento particular
- e) Por falsificação de documento público, apenas

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

51. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas e de tráfico de drogas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- b) O indiciado poderá requerer qualquer diligência, ficando a critério da autoridade policial se será realizada, ou não.
- c) O indiciamento é atribuição exclusiva da autoridade policial, não podendo ser determinada por magistrado.
- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito
- e) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

52. No que tange a ação penal, julgue os itens a seguir.

I- A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

II- É possível acordo de não persecução penal em casos de violência envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, se o agente confessar formalmente a prática de crimes com infração menor a 4 anos, desde que sem violência ou grave ameaça,

III- O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, salvo em de existência manifesta de causa excludente da ilicitude.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

53. A respeito de impedimentos e suspeições previstos no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) o juiz será impedido de atuar no feito se tiver aconselhado qualquer das partes.
- b) o juiz será suspeito se ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
- c) o impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes.
- d) a suspeição será declarada e reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- e) o juiz será impedido de atuar no feito se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

54. Conforme disposto na legislação de regência em relação ao início do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O réu preso poderá ser citado por meio de seu procurador constituído.
- b) O processo terá completada a sua formação com a juntada do mandato de citação.
- c) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante rogatória.
- d) Será inadmissível a intimação por despacho.
- e) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 dias.

55. De acordo com o Código de Processo penal, assinale a alternativa que não contém uma causa de absolvição sumária.

- a) É causa de absolvição sumária quando o juiz verificar extinta a punibilidade do agente.
- b) É causa de absolvição sumária quando o juiz verificar a falta de justa causa para o exercício da ação penal.
- c) É causa de absolvição sumária quando o juiz verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- d) É causa de absolvição sumária quando o juiz verificar que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- e) É causa de absolvição sumária quando o juiz verificar que a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.

56. A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, julgue os itens a seguir.

I- O desaforamento poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço.

II- Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

III- O Tribunal do Júri é composto por 1 juiz togado, seu presidente e por 25 jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

Está INCORRETO apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Todas as assertivas.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

57. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, assinale a alternativa que representa a associação correta entre as afirmativas abaixo.

- (1) Provimento;
- (2) Ordem de Serviço;
- (3) Portaria;
- (4) Aviso;
- (5) Ato Reservado.

() Instrumento, por meio do qual, o Corregedor-Geral da Justiça dá ciência aos magistrados de decisões judiciais, exaradas em processos judiciais ou administrativos que tramitam em segredo de justiça.

() Instrumento de caráter normativo interno e externo, por meio do qual a Corregedoria Geral da Justiça organiza seus órgãos e atividades, visando regulamentar, esclarecer e viabilizar a aplicação de disposições legais, bem como para consolidar normas atinentes à matéria de sua competência ou modificar o Código de Normas, com a finalidade de normatizar os atos concernentes às serventias judiciais e seus serviços.

() Instrumento para aplicar disposições legais a caso concreto, bem como para indicar substituto de serviço oficializado e delegar competência, para o desempenho de funções, ou instaurar sindicância, procedimento administrativo disciplinar ou outro evento de natureza apuratória.

() Instrumento utilizado para transmitir, no âmbito interno da unidade organizacional, ordens uniformes aos respectivos subordinados, visando organizar as atividades da estrutura interna, indicando as rotinas ou procedimentos de determinado serviço ou atividade.

() Instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo.

A alternativa que apresenta a associação correta é:

- a) 5 - 1 - 3 - 2 - 4;
- b) 5 - 3 - 1 - 2 - 4;
- c) 5 - 1 - 2 - 3 - 4;
- d) 4 - 1 - 3 - 2 - 5;
- e) 4 - 3 - 1 - 2 - 4.

58. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, EXCETO:

- a) Tribunal Pleno.
- b) Conselho da Magistratura.
- c) Conselhos da Justiça Militar.
- d) Juizados do Torcedor e Grandes Eventos.
- e) Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

59. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, como regra geral, as serventias judiciais funcionarão em todo o Estado, para atendimento ao público:

- a) das 10h às 19h.
- b) das 10h às 18h.
- c) das 11h às 18h.
- d) das 9h às 18h.
- e) das 8h às 19h.

60. De acordo com o Regimento Interno do TJRJ, processar e julgar, originariamente os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, estes quando não conexos com os do Governador, é uma competência:

- a) do Tribunal Pleno do TJRJ.
- b) do Conselho da Magistratura.
- c) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.
- d) das Seções Criminais do TJRJ.
- e) do Órgão Especial do TJRJ.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/TJ-RJ-Analista-Execução-de-Mandados-20-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>